

## A CONSCIÊNCIA NA METAPSICOLOGIA

ANTONIO CARLOS DE SÁ EARP<sup>(1)</sup>

*Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle*

Esta é a apresentação de uma contribuição da psicanálise para o debate contemporâneo a respeito da consciência. Tais discussões têm se desenvolvido desde o início do século. Recentemente, o interesse no tema intensificou-se significativamente. Psicólogos e pesquisadores das ciências cognitivas e das neurociências começaram a participar ativamente do debate originalmente promovido por filósofos. As principais contribuições para esse campo vêm, portanto, de múltiplas fontes (Armstrong, 1984; Churchland, 1984; Freud, 1978b; Hacker, 1993; Malcolm, 1984; Nagel, 1991; Natsoulas, 1978; Nikolinakos, 1994; Piaget, 1977; Place, 1992; Rey, 1983; Rosenthal, 1991; Ryle, 1949; Searle, 1992; Skinner, 1974; Vygotsky, 1979; Wittgenstein, 1969; entre outros). De forma geral os psicanalistas têm estado ausentes da atual renovação do interesse nesse objeto de estudo. Considerando que a troca entre a filosofia e a ciência pode ser especialmente produtiva, à psicanálise deve interessar a participação no abrangente debate que, já há algum tempo, se desenvolve em torno do conceito de consciência. Procura-se aqui contribuir para a reversão da posição de isolamento na qual a psicanálise se tem deixado ficar, nessa particular discussão, ao indicar como ela conceitua a consciência e a distingue dos fenômenos inconscientes dentro do cenário psíquico, esse universo cuja natureza irreduzível deve ser concebida e reconhecida ao lado do que caracteriza outros níveis da realidade.

O trabalho que se segue compõe-se de cinco partes. Na primeira parte é registrada, como ressalva introdutória, uma necessária observação preliminar a respeito da questão da verdade e da "posse dos termos". Na segunda parte são detalhados os conteúdos e os objetivos do artigo. A partir da constatação de que o dado da consciência evidencia a realidade psíquica de forma inegável, na terceira parte é apresentada uma posição filosófica que insere a realidade psíquica entre outras formas de realidade, colocando-as, todas, em estrito pé de igualdade. Na quarta parte é finalmente indicado o quadro teórico psicanalítico que "pensa" o dado da consciência. Na quinta e última parte são arroladas algumas conclusões merecedoras de destaque.

<sup>(1)</sup> Rua Visconde Pirajá, 82 / 706 - Ipanema  
Cep. 22410-000 - Rio de Janeiro - RJ.  
Tels. (021)539-1843 e (021)522-4544

## UMA QUESTÃO PRELIMINAR: A VERDADE E A "POSSE DOS TERMOS"

Em princípio nossas afirmações a respeito da realidade não são "desinteressadas". Pelo contrário, o que se reconhece, cada vez com mais nitidez, é que uma série de forças espúrias interferem em nossas descrições de qualquer aspecto da realidade em que vivemos. Nossos sentimentos e emoções não se modificam com facilidade, e para se verem preservados acabam por interferir em nossa compreensão do mundo. Por essa via, acabam sendo justificados. Nossa estética e as preferências de nossa sensibilidade, da mesma forma, incessantemente, trabalham procurando construir uma realidade na qual possam se ver satisfeitas. Acima de tudo, nossos interesses e necessidades distorcem a representação que temos do mundo fazendo-nos vê-lo da maneira que seria mais interessante para nós mesmos. Dessa forma, os juízos que construímos dificilmente deixam de ser profundamente informados por múltiplos aspectos de nossa subjetividade. As afirmações que imaginamos ser verdadeiras, na maior parte das vezes representam mais o que desejamos do que qualquer outra coisa. O fato, no entanto, é que costumamos defender ardentemente nossas afirmações e o fazemos como se fossem "a verdade" em sua mais pura expressão. A partir daí, a coisa mais comum e banal que conhecemos são as infundáveis e repetidas discussões, nas quais as partes procuram por todos os meios mostrar a superioridade de suas próprias razões. Há um aspecto muito curioso desse processo. As discussões, nas quais isso ocorre, geralmente encaminham-se na direção de determinar que sentido deve-se dar a um termo. A imposição de um sentido a um termo é, na realidade, mais do que meio caminho andado para fazer valer a própria opinião a respeito de um assunto determinado. Observa-se assim uma verdadeira luta pela "posse dos termos", como se eles fossem objetos que por terem atendido determinado sujeito, em determinada situação, pudessem dali em diante ficar servindo aquele sujeito, em qualquer outra circunstância. Aparece então, no campo social, um fenômeno que pode ser facilmente observado: o esforço de inúmeros interlocutores procurando impedir a utilização, por parte de outros indivíduos, dos termos que podem ser necessários ao desenvolvimento dos raciocínios que esses outros querem fazer.

Wittgenstein mostra, no entanto, que nenhum termo pode ser definido com absoluta precisão. Pelo contrário, os contornos que definem cada palavra que usamos são imprecisos e cada uma delas permite uma grande variedade de usos. Para indicar o que queremos dizer quando utilizamos um termo devemos mostrar como fazemos essa utilização. Isso pode ser feito dando exemplos. Nada vai impedir, no entanto, que os mesmos termos sejam utilizados de outra maneira, em outras situações. Em seu livro *Philosophical Investigations*, Wittgenstein (1969) diz que:

65- *Aqui nos deparamos com a maior questão que está por trás de todas essas considerações. - Pois alguém poderia objetar contra mim: "Você sai pelo caminho mais fácil! Você fala sobre todos os tipos de jogos-de-linguagem, mas de um jogo-de-linguagem e, portanto, da linguagem; em nenhum lugar você disse qual é a essência: o que é comum a todas essas atividades, e o que as faz linguagem ou partes de linguagem. Desse modo, você se põe fora exatamente da parte da investigação que uma vez lhe deu mais dor de cabeça, a parte sobre a forma geral das proposições e da linguagem. E isso é verdade. - Em vez de produzir alguma coisa comum a tudo que chamamos linguagem, estou dizendo que esses fenômenos nem têm nenhuma coisa comum que nos faça usar a mesma palavra para todos, - mas que estão relacionados uns aos outros de muitas diferentes formas. E é por causa dessa relação, ou dessas relações, que os chamamos todos de "linguagem"... (p.31e).*

A luta pela "posse dos termos" pode ter muitas razões de existir e pode trazer grandes benefícios para quem a vence. Trata-se aí de um jogo social. O certo é que tudo tem seu preço e aquele que é vencedor na luta pela posse dos termos é perdedor num outro jogo; torna-se incapaz de entender e aproveitar o que outros indivíduos têm para dizer. Para alguns, esse último jogo pode ser mais atraente do que o primeiro. Sempre será possível, de qualquer modo, manter e desenvolver as próprias posições. Nesse sentido, a necessidade de fazer escolhas não impedirá que quando estiver avaliando "o conceito de consciência", por exemplo, qualquer estudioso possa acompanhar o que outros pesquisadores estiveram realmente querendo transmitir com seus relatos. É dentro dessa perspectiva que me situo, e desde já convido também o leitor a colocar-se, ao fazer o exame de nosso tema de debate.

## OS CONTEÚDOS E OS OBJETIVOS DO ARTIGO

Os dados de consciência levaram muitos filósofos a conceituar um nível de realidade que chamaram de "psíquica" e que foi distinguida do nível da concretude física, publicamente reconhecível. No entanto, tal proposta gerou dois problemas de difícil solução: a) como imaginar uma realidade que não seja física? e, b) como explicar a articulação de tal realidade com a realidade física?

Em 1949, Ryle escreveu um livro que logo tornou-se um marco na filosofia contemporânea. Nesse livro, ele procurou mostrar que a tradicional polaridade mente/corpo não deveria ser mantida, haveria nela um claro erro de

categoria. Defendo uma posição bastante diferente, ou seja, a de que tal distinção não só é perfeitamente justificável como na verdade imperiosa para a análise de alguns aspectos da realidade. A realidade psicanalítica, por exemplo, tal como Freud a concebeu e como se manifesta no contexto clínico, exige a adoção de uma perspectiva conceitual que claramente distinga os fenômenos físicos dos fenômenos psíquicos. A ambos deve ser atribuído o mesmo nível de realidade. Pretendo dar, a seguir, as indicações de como podemos adotar a posição que reconhece a diferença entre os fenômenos mentais e os fenômenos físicos, sem cair no dualismo cartesiano, que considero arbitrário e inaceitável.

A questão da relação entre os fenômenos psíquicos e os fenômenos físicos tem sido amplamente debatida no cenário contemporâneo. Na avaliação das posturas adotadas nas amplas discussões desse tema, Churchland (1984) reconheceu inúmeras posições que já foram elaboradas teoricamente: o dualismo de substância proposto por Descartes, o dualismo popular, o dualismo de propriedade, o epifenomenismo, o dualismo de propriedade interacionista, o dualismo de propriedade elemental, o behaviorismo filosófico, o materialismo reduutivo (teoria de identidade), o funcionalismo e o materialismo eliminativo. Pelo que posso avaliar, a proposta que farei distingue-se de todas as posições que foram assumidas nesses debates. Trata-se da explicitação do quadro das configurações estáveis que aparentemente estão na base de nossa compreensão da realidade. Como ficará claro adiante, essa concepção é o resultado da assunção de três teses articuladas entre si, ou seja: 1. o caráter limitado do conhecimento humano; 2. as quatro ordens de realidade; 3. a articulação de dependência e a ação de mão dupla entre os diversos níveis de configuração da realidade.

A possibilidade de adequada compreensão dessa perspectiva e das razões que sustentam a adoção da hipótese de a realidade psíquica ter a mesma categoria de existência da realidade física depende, no entanto, do reconhecimento do universo dos fenômenos inconscientes. Sem a hipótese da realidade dos fenômenos psíquicos inconscientes a vida mental ficaria reduzida a uma qualidade pouco compreensível da vida biológica e, **por serem descontínuos, aos fenômenos conscientes já não se poderia atribuir existência própria.** Fazê-lo seria adotar, de forma automática, a tese "criacionista", no sentido de que seria necessário supor, em contraposição ao que Lavoisier enunciou, que a vida psíquica intermitentemente se perde e continuamente é recriada. Para evitar a assunção dessa posição, que dificilmente é justificável, ter-se-ia de entender os fenômenos psíquicos reduzindo-os a mera qualidade da realidade biológica, posto que esse é o nível de realidade mais próximo da realidade psíquica, e a ele não se pode negar continuidade temporal. Com a aceitação da conjectura da existência de fenômenos inconscientes, como a metapsicologia

psicanalítica o faz, é possível, no entanto, atribuir continuidade ao próprio fluxo dos fenômenos mentais. Pode-se, portanto, dizer que se o fenômeno da consciência impõe o reconhecimento do universo psíquico, é o estabelecimento da hipótese da vida inconsciente que traz racionalidade para a concepção de uma realidade mental, com existência equivalente à que os outros níveis de realidade possuem (o desenvolvimento completo dessa tese foi feita por Freud, 1978b, no artigo intitulado *O inconsciente*). Desta maneira, o objetivo deste artigo é duplo. O primeiro deles é mostrar como a existência da realidade mental deve ser concebida ao lado dos outros níveis de realidade. A segunda meta é apontar os traços que, do ponto de vista psicanalítico, constituem a natureza dos fenômenos conscientes, dando-lhes especificidade dentro do universo mais amplo da vida psíquica, e entender as articulações entre esses fenômenos conscientes e inconscientes.

Este texto não poderá dar conta da complexidade dos problemas teóricos envolvidos em todas estas questões. A intenção é apenas formular uma direção inicial de teorização a ser considerada.

#### A REALIDADE PSÍQUICA E AS OUTRAS FORMAS DE REALIDADE A CONCEPÇÃO DAS CONFIGURAÇÕES ESTÁVEIS

Os dados de consciência induzem ao reconhecimento de um nível de realidade que não se confunde com a realidade física. As imagens que construímos em nossa fantasia, por exemplo, não podem ser localizadas em nenhum recanto do mundo espacial, nem podem ser conhecidas por ninguém a não ser nós mesmos. Chamamos a esses dados de consciência de "psíquicos". Eles aí estão, como parte do mundo natural, e são passíveis de repetida e exaustiva constatação empírica. No entanto, o reconhecimento desse nível de realidade levanta para a filosofia um problema de concepção. Como situar tais fenômenos dentro do mundo se eles não são encontráveis no mundo físico? Sobre que realidade eles se apoiariam? Além disso, através de que canais se comunicariam com o mundo material? Aparentemente essas são questões de difícil solução. A célebre proposta de Descartes sugerindo dois tipos de entes, *a res extensa* e *a res cogitans*, é arbitrária e nitidamente falha, na medida em que não permite entender como poderia dar-se a articulação entre tais níveis de seres. Por outro lado, as soluções que procuram reduzir o fato psíquico a fatos físicos e publicamente observáveis não são aceitáveis porque simplesmente negam de maneira frontal a evidência empírica da realidade psíquica. Como sair então desse impasse?

A história da Filosofia mostra que sua evolução é impelida, entre outros fatores, pelas modificações que outros ramos do conhecimento humano trazem para a compreensão da realidade. Há, na verdade, uma interação contínua e pro-

ditiva entre os diversos setores do conhecimento. Nessa linha de análise, descobertas feitas neste século pela ciência física sugerem uma solução para o irresolvido problema mente/corpo, que tanto incomodou a filosofia. Tradicionalmente, e até há pouco tempo, a realidade material era tida como evidente e irredutível. Meu entendimento é que os enganos que envolveram a filosofia, em relação ao problema mente/corpo, advieram justamente do acatamento, sem crítica, desse pressuposto, que só o desenvolvimento mais recente da ciência veio desmascarar. Na verdade foi a descoberta de um engano em tal concepção que abriu caminho para a solução do enigma imposto pelos fenômenos da consciência. Tal solução não brotou, no entanto, de um aumento de nossos conhecimentos. Pelo contrário, adveio justamente da maior relativização de nossos saberes. Até há algum tempo atrás, era tomado como certo que a realidade material tinha existência própria, era absolutamente consistente, e era irredutível a qualquer outro nível mais básico de realidade. O desenvolvimento da física moderna mostrou que havia aí um completo engano. A matéria é, de fato, **apenas uma aparência**. Ela só se manifesta até determinado nível de análise e observação. Hoje já é possível decompor as menores partículas de matéria que ainda são semelhantes a corpúsculos. Chega-se assim à teorização de meros **campos de energia**. Bertrand Russel, por exemplo, taxativamente faz a seguinte afirmação:

*A massa é somente uma forma de energia, e não há razão porque a massa não deveria ser dissolvida em outras formas de energia. É a energia, não a matéria, que é fundamental em física (Russel 1948, p. 291).*

No entanto, não se sabe muito bem o que seria a energia em si mesma. Como conceber campos de energia num espaço vazio de qualquer outra ordem de ser? Como se verá adiante, quando nos aproximamos do problema das "realidades últimas" nosso pensamento nada pode produzir que não seja contraditório e arbitrário. Volta-se aí ao terreno do desconhecido. De qualquer maneira, já ganhamos, em relação às hipóteses sustentadas até ao final do século passado, a evidenciação de que a realidade material existe apenas no nível fenomênico, no nível da aparência, não sendo a matéria (e também a energia), de forma nenhuma, uma substância em si mesma. Em últimos termos, não mais se reconhece substâncias na constituição do mundo. Tal como a realidade psíquica existe apenas como fenômeno, da mesma forma tudo mais que conhecemos é apenas a manifestação, proporcional às características de nossa sensibilidade, de uma realidade em si mesma fundamentalmente desconhecida. Essas fatos conduzem a uma reconsideração do entendimento a respeito da realidade. Dentro dessa reconsideração novos horizontes de compreensão se abrem. A célebre questão

mente/corpo, por exemplo, pode ser repensada. Reconhecendo o campo físico, o campo fisiológico e o campo mental, Merleau-Ponty, por exemplo, afirma que a noção de forma integra esses três campos como três tipos de estrutura e ultrapassa, assim, as antinomias do materialismo/espiritualismo e do materialismo/vitalismo. Isso é dito da seguinte maneira:

*Acima do campo físico -sistema de forças orientadas -, no qual ele vai se dar, será necessário reconhecer o caráter original de um campo fisiológico, de um segundo "sistema de tensões e de correntes" que por si só determina de uma maneira decisiva o comportamento efetivo' [(4)Koffka, Principles of Gestalt Psychology, p.42.] Se além disso levamos em consideração o comportamento simbólico e seus caracteres próprios, aí haverá lugar para introduzir um terceiro campo, que nós chamaremos, por definição nominal, de campo mental. ... É aqui que a noção de forma permitiria uma solução verdadeiramente nova. Aplicável igualmente aos três campos que acabam de ser definidos, ela os integraria como três tipos de estruturas ultrapassando as antinomias do materialismo e do espiritualismo, do materialismo e do vitalismo. (Merleau-Ponty, 1953, p.141)*

Dentro de uma perspectiva, nesse ponto, próxima à de Merleau-Ponty, cheguei a uma formulação a respeito do problema mente/corpo que me parece bastante aceitável. A construção de tal conjectura decorre naturalmente da aceitação das três teses, às quais já me referi acima. Passo a enunciá-las brevemente.

### **O caráter relativo do conhecimento humano**

A possibilidade de desenvolvimento do conhecimento humano é, num sentido, obviamente limitado. Sempre podemos obter uma compreensão um pouco maior do mundo dentro do qual vivemos, mas nunca teremos como resolver os mistérios relativos a suas origens e seus destinos. *Nossa mente é um instrumento inadequado para pensar tais questões.* Faz parte de nossos processos cognitivos as idéias de origem, causa e destino, mas, tais categorias não se aplicam ao entendimento da realidade como um todo. Se tentamos aplicá-las ao exame da realidade em seu conjunto, instalam-se contradições imediatas em nossos raciocínios. Tal como de uma reta só podemos conhecer um segmento, da mesma forma nosso conhecimento a respeito da realidade só é livre de contradição quando é segmentar, ou seja, quando se refere a setores delimitados e específicos da natureza. Sobre os princípios últimos nada podemos pensar que não seja gratuito e contraditório. Todos os elementos que conhecemos da natu-

reza são secundários e compostos. A própria idéia de que existem ou existiram elementos primários é arbitrária. Sobre essa matéria nada podemos avaliar ou decidir. Devemos, portanto, restringir-nos ao que é "intermediário". É a essa faixa da realidade que nossa razão se ajusta. O elemental nos escapa.

Além disso, mesmo em relação aos conhecimentos mais restritos que podemos formar a respeito do mundo, dentro do qual estamos inseridos (isto é, deixando de lado os "primeiros princípios", a questão das "substâncias últimas", a ordem dos "absolutos" e qualquer construção de um saber mais ambicioso sobre a realidade), mesmo em relação apenas aos dados de realidade quotidiana e "intermediária", ontologicamente falando, mesmo em relação a apenas essa ordem de conhecimentos, ainda aqui nossas formulações são falhas, imprecisas e inacabadas. De uma maneira geral nossas proposições só são válidas dentro de circunstâncias bem delimitadas e específicas, as quais, no entanto, mesmo assim não conseguimos definir com suficiente nitidez, na maior parte das vezes. Se quisermos alcançar discriminações muito apuradas com nossas formulações, se pressionarmos nossas afirmações para que elas se definam com mais e mais agudeza, acabaremos por descobrir suas invencíveis imprecisões, e inexoravelmente acabará por confundir-se todo o campo conceitual sobre o qual estávamos trabalhando. Na verdade, a clareza de nossos entendimentos sempre é mais aparente do que a primeira vista supomos e se os checamos com muito rigor, as áreas de obscuridade que os envolvem logo manifestam-se. Nossa razão tem alcance curto e penetração restrita.

De todas as posições, a mais sensata e produtiva que podemos adotar é aquela que reconhece os limites de nossa razão e a utiliza "sob controle". Tal como podemos ser dominados por nossas paixões, por nossas pulsões e por nossos desejos, também podemos ser "dominados por nossa própria razão", na ilusão e no afã desmedido de obter dela o que na verdade ela não pode nos dar. Quando isso acontece, criamos teorias forçadas e artificiais que, por seu caráter invariavelmente "estranho", logo se denunciam como inadequadas. É triste reconhecer que ao lado das jóias de sabedoria que nos proporcionou, a filosofia também criou, em seus piores momentos, alguns encadeamentos de grotescas construções desse tipo.

Muito mais interessante, do ponto de vista de utilização de nossa razão, é o abandono da ambição absolutista, totalizadora, arrogante e presunçosa, e o reconhecimento do caráter relativo, parcial e impreciso de nossa inteligência. Porém, apesar de tudo, ela é melhor que nada. Mesmo em sua precariedade, temos muito a ganhar com nossa razão se soubermos usá-la com critério e apenas dentro da justa medida.

### As quatro ordens de realidade

Não somos capazes de conhecer os elementos últimos que estão na base de toda configuração da realidade, nem a nós é possível o acesso à realidade em si mesma. Conforme Kant afirmou: "(...) nossos sentidos, não como são em si mesmos;..." (Kant, 1959, p. 51).

O que conhecemos é apenas a realidade fenomênica, ou seja, o que chega até nós são apenas as aparências através das quais a realidade se manifesta. A física contemporânea confirmou sobejamente essa tese ao demonstrar que a **matéria** não pode ser tomada como realidade irreduzível e existente em si mesma, e que sua aparente consistência, quando é vista a olho nu, resulta das limitações e características de nossos sentidos. A realidade física e material perdeu o *status* privilegiado que desfrutava e, na verdade, agora também deve ser entendida apenas como aparência, ou seja, deve ser incluída na categoria de mero fenômeno, coexistindo lado a lado com outros fenômenos que têm o mesmo nível de existência, como é o caso dos fenômenos psíquicos, por exemplo.

Se a realidade física não pode ser tomada como o substrato último do universo; se, mais modestamente, não cabe a ela mais do que um lugar dentro do conjunto dos fenômenos que nos afetam; nenhuma dessas coisas quer dizer, no entanto, que ela deva deixar de ser tomada como uma categoria especial, e deva perder, de todo, o destaque privilegiado que merece em nossas análises e em nossas tentativas de organizar o entendimento a respeito do mundo. Embora a realidade física não transcenda à simples ordem fenomênica, a verdade, de qualquer modo, é que ela possui uma propriedade que certamente a faz se destacar, recomendando que a consideremos de forma especial. O universo físico é uma configuração da realidade que traz consigo o traço da **estabilidade**, ou seja, é uma configuração que se apresenta a nós como algo que, sempre obedecendo a leis próprias, contém, a seu nível e internamente, um universo de transformações internas possíveis mas, numa perspectiva temporal e exterior a si mesma, mostra a característica de permanência e continuidade. Incessantemente, testemunhamos uma quantidade incomensurável de ocorrências que se reúnem nesse universo de fatos que denominamos de mundo dos fenômenos físicos. O estudo científico de tais fenômenos produziu e continua modificando a física e a química.

A construção conceitual das Ciências físico-químicas foi uma solução epistemológica admiravelmente engenhosa. De fato, as explicações que essas ciências nos trazem são ao mesmo tempo muito amplas e econômicas. Com um número mínimo de formulações, um grande conjunto de fatos pode ser compreendido. A verdade, no entanto, é que tais explicações não dão conta de **todos os tipos** de fatos que observamos, ou melhor, existem fenômenos que são

melhor apreendidos se considerarmos que fazem parte de uma **segunda ordem de configuração da realidade**. Os fenômenos que constituem essa segunda ordem de configuração da realidade são os **fenômenos vitais**. É evidente que a explicação dos fenômenos da vida seria extremamente difícil e complexa em termos exclusivamente físico-químicos. Torna-se necessário, portanto, reconhecer um outro nível de realidade. A criação dos conceitos que constituem a ciência biológica dá conta disso e cria um novo instrumental conceitual especialmente poderoso e econômico. Tal instrumental conceitual é capaz de introduzir uma ordem explicativa na vastíssima série de fenômenos que faz parte do universo dos fatos característicos dos seres vivos. A importância das formulações biológicas é, no entanto, maior do que somos levados a julgar à primeira vista. Aparentemente os fatos da vida poderiam, todos eles, ser entendidos a partir das ciências físico-químicas. Há, nessa impressão, um engano radical. Basta ver que a própria concepção de "organismo" ou "unidade biológica" por si mesma exige um salto qualitativo na ordem das construções conceituais. Dentro do universo de formulações da física e da química jamais chegaríamos à idéia de organismo (ou ser biológico) e a todos os conceitos que temos de construir para dar conta dos fenômenos que são próprios desse tipo de ser. Numa pesquisa redutivista, que é certamente enriquecedora e aceitável dentro de seus limites, pode-se tentar entender os fenômenos biológicos em termos de processos físico-químicos. Isso não quer dizer, no entanto, que tal construção redutivista, mesmo que bem sucedida, poderia substituir completamente a formulação conceitual de nível biológico propriamente dito. Uma evidência elementar demonstra isso: o projeto redutivista sempre depende da existência do nível de formulação mais complexo, para definir e delimitar o fenômeno que vai ser "reduzido" à ordem de realidade mais simples. Permanecemos, portanto, necessariamente com dois níveis de análise: o nível físico-químico e o nível biológico. Esses dois níveis de análise correspondem a dois níveis de realidade. Em outras palavras, a realidade, que é desconhecida para nós em sua natureza última, mostra-se em dois níveis de configuração para nossa sensibilidade/compreensão: a físico-química e a biológica. Essas formas de configuração são **estáveis**, ou seja, ambas subsistem no tempo sem descontinuidade, em virtude de possuírem, cada uma delas em seu próprio nível, processos que promovem e defendem a autopropetuação.

Os fenômenos psíquicos constituem o terceiro nível de realidade que se impõe como existente. Nossas emoções, nossas memórias, nossos pensamentos são alguns dos elementos que constituem esse mundo psíquico, ao qual se tem acesso direto através da consciência. Só é possível negar tais fatos construindo elaborações intelectuais que se baseiam em hipóteses e interpretações

muito menos evidentes e muito mais discutíveis que esses próprios fatos. O mundo psíquico, que enquanto dado primário de observação, tomo como inegável e indiscutível, não deve, no entanto, ser confundido nem com a realidade físico-química nem com o fenômeno biológico. Tanto a realidade físico-química quanto a biológica são públicas, ou seja, podem ser vistas simultaneamente por muitos observadores. O dado psíquico, por outro lado, é tipicamente privado e só é experimentado pelo sujeito que o sedia. É inadequado dizer que "observamos" a vida psíquica de outros sujeitos que não nós mesmos. O que na verdade ocorre é que inferimos ou fazemos suposições a respeito do que está se passando com o outro, em termos psíquicos. Fazemos essas suposições a partir do que o outro nos mostra através de seu comportamento, de suas palavras, ou de outros meios de comunicação. Essa ordem de fenômenos internos, que chamamos de realidade psíquica, é, portanto, qualitativa e radicalmente diferente da realidade físico-química e da realidade biológica. A hipótese que estou adotando é de que, a partir de um nível de complexidade biológica bastante avançado, a realidade organiza-se numa nova ordem de configuração. Não podemos conhecer os elementos últimos da realidade, nem sabemos como se constroem as múltiplas configurações que estamos descrevendo, apenas constatamos que elas se impõe à nossa percepção e ao nosso entendimento. Tal como a ordem físico-química e a ordem biológica, a configuração psíquica é **estável**, ou seja, tem continuidade no tempo, perdurando através das múltiplas formas de transformação que a psicologia procura detectar e descrever (só se pode fazer essa formulação depois de se reconhecer a existência da vida psíquica inconsciente).

Há uma outra configuração da realidade, paralela à configuração psíquica, que não pode ser reduzida, quer ao próprio nível psíquico, quer aos níveis biológico ou físico-químico. Trata-se da configuração social da realidade. A existência da realidade social, que independe da vida psíquica de todos os sujeitos, tomados um a um, mostra de maneira contundente o caráter original e distintivo de cada ordem de configuração que reconhecemos na realidade. O fato social tem sua dinâmica e realidade próprias e seus movimentos demonstram clara autonomia, indo além da contribuição a eles prestados por qualquer indivíduo tomado isoladamente. Os fenômenos que compõem a vida social implicam em direcionamento de quantidades incomensuráveis de energia. A prova disso é a dificuldade em modificá-los artificial e deliberadamente. Eles têm clara continuidade no tempo e inexoravelmente influenciam-se uns aos outros, sempre produzindo situações novas, num constante e imprevisível desenvolvimento. Vale também observar que essa forma de configuração da realidade é a mais recente na história do universo. Sua expansão, no entanto, tem sido impressionante. Os fatos sociais, sejam eles de ordem cultural, econômica, po-

lítica etc., têm se tornado mais e mais complexos, anônimos e autônomos, impondo-se sobre os indivíduos, ao invés de serem dirigidos por eles.

A observação desse fenômeno talvez seja a melhor via para se alcançar o entendimento da idéia de "configuração da realidade". Recapitulando, a realidade é em si mesma radicalmente desconhecida. O que observamos são apenas as expressões da realidade que já nos chegam organizadas a partir das características de nossa sensibilidade e de nossos esquemas conceituais. Não temos, portanto, acesso a "seres" que existiriam por si mesmos. O que conhecemos são apenas as configurações que a desconhecida realidade assume. Aos nossos olhos, tais configurações apresentam-se em níveis descontínuos e nitidamente distintos. Futuramente outras formas de configuração da realidade poderão surgir. A complexa dinâmica ecológica, aí incluindo os elementos que fazem parte da vida social humana, talvez já esteja emergindo, sob nossos olhos, como uma quinta forma de configuração da realidade. Tal perspectiva trata da apreensão de toda a realidade como se fosse um único ser, e da percepção das relações que ligam a universalidade dos fatos, os quais, em últimos termos, comporiam um só sistema (muito complexo) de variáveis.

A verdade é que lidamos com muito mais mistérios do que nossa ambição de conhecimento gostaria de admitir. Até onde posso avaliar, nenhum tipo de formulação a respeito da realidade parece mais satisfatório que o que reconhece que vemos o mundo como se fosse composto de uma série de configurações historicamente emergentes e nitidamente distintas entre si, embora intimamente interligadas. Vamos, a seguir, examinar as principais características das relações de dependência que unem tais formas de configuração da realidade.

### **A articulação de dependência e a ação de mão dupla entre os diversos níveis de configuração da realidade**

Nenhuma das configurações da realidade é privilegiada em termos de corresponder a uma verdadeira substância, a um ente com existência própria. Como já vimos, a própria matéria, que até pouco tempo parecia "indiscutivelmente real", é apenas uma aparência e só é constatável quando nos situamos a partir de determinado nível de observação. Antes do patamar atômico, o que "existe" é apenas energia. Mas mesmo a energia não existe como tal na natureza. Também ela é fruto de nosso ângulo de visão e articulação de informações. Na verdade não sabemos como é a realidade em si mesma debaixo das configurações da realidade que normalmente apreendemos. Não podemos lançar nenhuma hipótese séria a respeito do número de substâncias existentes, nem sequer afirmar que de fato existe alguma "substância" na realidade. Além do limitado segmento da realidade a respeito do qual fazemos conjecturas sustentadas

por nossas experiências, além desse estreito campo, a escuridão que nos envolve é completa. É dentro da área que nossa sensibilidade e inteligência atingem que surgem as quatro (ou cinco) ordens de configuração que conhecemos. Se tais configurações são radicalmente distintas umas das outras, isso não quer dizer, porém, que não exista nenhuma relação entre elas. É correto afirmar que há uma relação de **dependência** que encadeia as diversas formas de configuração da realidade. A configuração biológica depende da ordem físico-química; a configuração psicológica depende da ordem biológica, e a configuração social depende da ordem psicológica. No entanto, podemos afirmar algo mais, além de reconhecer a relação de dependência. Cada uma das formas de configuração de realidade não é necessária apenas enquanto **precondição** - ela é necessária também como **suporte** que garante a existência e a expansão da configuração mais complexa seguinte. Assim como não encontramos realidade social desvinculada de uma complexa realidade psicológica subjacente, também não conhecemos vida psicológica que não tenha o suporte da vida biológica, nem fatos biológicos que não sejam sustentados por dados físico-químicos. Se há uma mudança significativa na organização da configuração da realidade de nível mais básico, a configuração de nível mais elevado desfaz-se ou modifica-se profundamente. Nesse sentido, o nível de configuração mais primitivo não só é precondição da emergência da configuração mais complexa como também constitui-se, intrinsecamente, como seu necessário fator de suporte.

A fora as relações de precondição e de suporte, há ainda uma outra forma de relação que une os diferentes tipos de configuração da realidade. Trata-se da capacidade de **ordenação** que o nível mais complexo tem sobre o nível inferior. Em termos de suporte e precondição é o nível mais complexo que depende do nível inferior. Em termos de ordenação, no entanto, podemos com facilidade constatar que a ocorrência de um fenômeno num nível qualquer de realidade invariavelmente reordena um segmento do universo de configuração da realidade de nível imediatamente inferior. Dá-se aqui, portanto, uma inversão. Processos biológicos, definidos e esperados a partir das leis que regulam esse próprio nível da configuração da realidade, seguramente impõem modificações na configuração físico-química daquele organismo. Transformações psicológicas esperáveis, em função da lógica que regula os fenômenos psíquicos, são claramente acompanhados por complexos processos biológicos - neurofisiológicos etc. - que jamais pensaríamos que formam uma unidade, se não os localizássemos e reuníssemos tendo em vista precisamente aquelas transformações de natureza psicológica. Da mesma maneira, processos sociais sempre articulam mudanças na vida psíquica de vários indivíduos que participam daquela sociedade. Em cada um desses casos reconhecemos reordenações que o nível

mais complexo de configuração da realidade impõe sobre o nível de configuração mais primitivo. Em outros termos, em qualquer um dos três níveis inferiores de configuração da realidade - o físico-químico, o biológico e o psicológico - podemos continuamente observar integrações concomitantes e seqüenciais das atividades de múltiplos segmentos díspares, fato que só se torna explicável na medida em que aceitamos a hipótese de que permanentemente está havendo uma reordenação integrada de múltiplos segmentos de cada um desses níveis de configuração da realidade, a partir de algo que lhes é externo e lhes dá unidade. Invariavelmente, encontramos essa unidade no que se passa no nível de configuração da realidade, que é imediatamente mais complexo. Três exemplos podem ajudar a esclarecer tal formulação. No nível físico-químico poderíamos constatar, se olhássemos nas direções certas, a repetição da concomitância e seqüência de um imenso conjunto de eventos. A reprodução dessa concomitância e seqüência é praticamente inexplicável, se ficarmos no nível físico-químico de análise. Se, no entanto, voltarmos nossa observação para o que está se passando no nível imediatamente mais complexo de configuração da realidade, constataremos que àquele preciso conjunto de eventos físico-químicos corresponde, por exemplo, o processo respiratório de um organismo dado. Podemos dizer que é esse fato biológico que dá unidade e ordena aquela multidão de eventos físico-químicos. Da mesma forma, é um evento de natureza psicológica, como o fato de um indivíduo estar procurando chegar ao destino de uma viagem, vamos supor, que vai permitir entender a concomitância e seqüência de uma série, praticamente incontável, de fenômenos biológicos (principalmente no sistema nervoso, no aparato muscular, e nos órgãos receptores) que se passam num organismo dado. Enfim, será um fato social, como o anúncio da falência de um banco, que poderá explicar a concomitância e seqüência de uma série incomensuravelmente grande de fatos psicológicos que ocorrem paralelamente a um conjunto considerável de indivíduos de uma sociedade dada. Em todos e em cada um dos casos, é o que se dá no nível mais complexo de configuração da realidade que ordena o que se desenvolve no nível de configuração da realidade imediatamente inferior.

### O CENÁRIO PSICOLÓGICO (PSICANALÍTICO)

Foi o **dado da consciência** que, desde sempre, criou para os filósofos a dificuldade de limitar a realidade ao mundo físico. Tentando sair dessa dificuldade, eles foram induzidos a tomar caminhos teóricos nos quais invariavelmente ressurgiam problemas insolúveis. Ao que me parece, isso se deveu à constante adoção da milenar e pouco discutida suposição apriorística de que a matéria, ela ao menos, era substância. O que se "conhecia" do mundo justifica-

va plenamente essa hipótese, mas assumindo-a como ponto de partida as alternativas buscadas pela filosofia repetidamente falharam. De fato, ou procurou-se substancializar a realidade psíquica evidenciada pelo dado da consciência, proposta que sempre ficou obscura e pouco compreensível; ou procurou-se negar aquela realidade forçando, sem muito sucesso, uma redução do psíquico ao físico; ou tomou-se a realidade psíquica como uma espécie de apêndice, uma mera propriedade, indisfarçavelmente misteriosa, da realidade material. Recentemente, no entanto, no meu modo de ver, abriu-se uma nova via para o equacionamento daquele problema. Foram duas conquistas conceituais da ciência, neste século, a reconsideração dessubstancializadora da natureza da matéria (e da energia) e a assunção do conceito de vida psíquica inconsciente, que forneceram os elementos para a elaboração dessa nova alternativa. Estive, até aqui, ensaiando desajeitadamente utilizar tal caminho. Se obtive algum sucesso nesta tentativa, agora talvez seja possível finalmente olhar com mais tranqüilidade e mais vagar para o dado da consciência, esse fenômeno que desde a aurora da filosofia se fez notar, mas que ainda não adquiriu "reconhecidos direitos de cidadania", dentro do universo de conceitos referidos à nossa compreensão da realidade. Parece-me que as contribuições que Freud ofereceu para esse empreendimento podem ser enriquecedoras e merecem ser consideradas com toda simpatia. Quero, por isso, utilizar o restante deste trabalho para transmitir uma visão a respeito das principais propostas elaboradas sobre este tema, no interior da psicanálise.

Na última década do século passado, o interesse de Freud voltou-se definitivamente para o estudo das situações de sofrimento psicológico. Uma série de circunstâncias levaram-no à feliz proposta do conceito de inconsciente como elemento chave para o entendimento e o encaminhamento da resolução daquelas dificuldades. Em pouco tempo, seu conhecimento prático a respeito do que via ocorrer na clínica exigiu a construção de uma teoria com a qual aquele conhecimento fátual pudesse "dialogar". Essa dialética entre uma construção teórica e as observações de campo é fundamental para o desenvolvimento da ciência. Se as primeiras formulações de Freud a respeito do inconsciente se referiram à teoria clínica, logo, no entanto, sua veia teórica conseguiu produzir um discurso que se situou num nível mais alto de abstração. Tal elaboração veio receber, muito mais tarde, o nome de "metapsicologia". De qualquer modo, foi com essa construção teórica que a psicanálise pôde firmar-se definitivamente como setor autônomo da ciência psicológica. A elaboração do conceito de inconsciente tomou um rumo próprio, com a criação da elaboração teórica mais ampla. De início, o inconsciente fôra descoberto na esfera da clínica, referido aos fenômenos hipnóticos e histéricos. Dada ao sujeito uma ordem durante o

sono hipnótico, ordem da qual o sujeito não podia de nenhuma forma se lembrar, o ato ordenado era executado no devido tempo. Restava explicar tal fenômeno. Da mesma maneira, na clínica das "doenças nervosas" do final do século passado observava-se a manifestação de sintomas claramente referidos a cenas emocionalmente significativas da infância. Dessas, no entanto, o sujeito nada lembrava. Ora, a noção de um inconsciente dinâmico serviria perfeitamente para compor uma teoria que desse conta de ambos os fenômenos. A fertilidade de tal concepção permitiu que o entendimento psicológico se alargasse e alcançasse a explicação da constituição dos sonhos, dos atos falhos, das paramnésias, dos chistes e de uma extensão muito mais ampla de fenômenos psicopatológicos. Formaram-se, então, todas as condições para a elaboração de uma teoria mais geral. A primeira tentativa de elaboração metapsicológica foi feita no final do século passado, quando Freud (1978a) escreveu um "projeto" que ficou inconcluso e não foi publicado até sua morte. Naquele momento inicial de sua obra, ele ainda se via atraído pelo caminho reducionista, para o desenvolvimento teórico. Foi o abandono dessa perspectiva reducionista que realmente permitiu a elaboração da metapsicologia com toda a liberdade e autonomia de pensamento que eram necessárias.

A adoção do inconsciente como um construto, sem nenhuma referência a fundamentos neurológicos, deu à psicanálise a oportunidade de se firmar como ciência original não redutível nem à esfera dos fenômenos biológicos, nem à esfera dos fenômenos sociais. A construção de uma ciência é, no entanto, trabalho muito longo. Até que se firme, é necessário que haja o acúmulo de esforços bem sucedidos de muitas gerações de pesquisadores. Neste sentido, a psicanálise é uma ciência ainda em estágio inicial de desenvolvimento. De qualquer forma, em seu bojo, a noção de consciência tem ganho um sentido próprio, complexo, rico e original. Tal elaboração merece ser examinada. Aqui, seu levantamento será feito em duas etapas. Para estabelecer o contraste, na primeira etapa serão indicados os traços diferenciais do inconsciente e do préconsciente. Na segunda, as características da própria consciência serão vistas mais de perto.

### **A diferença entre o inconsciente e o préconsciente**

O entendimento da teorização metapsicológica é o mais difícil de se conseguir no estágio atual de elaboração da ciência psicanalítica. As afirmações que aqui serão feitas só poderiam ser melhor explicadas depois de uma extensíssima elaboração, certamente descabida no presente contexto. Ficarão, portanto, como indicações de certo modo crípticas, úteis como roteiro para uma pesquisa dentro dessa misteriosa construção teórica extraordinariamente poderosa que, num determinado momento, Freud (1975) chamou de "a bruxa metapsicologia" (p. 366).

Se a metapsicologia não se refere ao sistema nervoso, ela deve ser tomada como a construção do que Freud (1972) caracterizou como "idéias auxiliares" (p.513). Central na metapsicologia é a idéia de um aparelho psíquico concebido como um conjunto de pontos elementares, percorridos por uma quantidade que pode estar "livre" ou "ligada". Chamarei esse conjunto de pontos elementares interligados de "tecido psíquico", conceito que não deve ser confundido com o de sistema nervoso da biologia. O que é chamado de **inconsciente** corresponde a ocorrências quantitativas, nesse tecido psíquico. Tais ocorrências podem coordenar-se umas com as outras, podem coexistir sem se influenciar mutuamente, e não se submetem às leis de identidade e de não-contradição. O que é incompatível convive perfeitamente bem no inconsciente e muitas vezes emerge como "formação de compromisso". Nele não há negação, não há dúvida nem graus de certeza. O que lá existe são apenas conjuntos de quantidades interligadas entre si. Tais quantidades são passíveis de aumento, diminuição, deslocamento e descarga. No interior do próprio inconsciente, os processos típicos são o deslocamento e a condensação. A teorização metapsicológica adota a hipótese de que os processos inconscientes se dão fora do tempo - não são ordenados temporalmente, não são alterados pela passagem do tempo e não têm nenhuma referência ao tempo, de modo geral. Eles desconhecem a realidade e suas características, e seguem o princípio de prazer/desprazer. (Veja, Freud 1978b, pp.186-187).

É em contraste com essa realidade conceitual que podemos pensar o **preconsciente** como construto teórico complementar. As ocorrências quantitativas que se dão no tecido psíquico, e que são características do inconsciente, podem ter correspondência em outra região do aparelho psíquico, ou em outro "registro econômico", dando luz àquilo que é denominado de "preconsciente". O preconsciente é organizado a partir das condições fundamentais que dominam a consciência. Nele encontramos, então, parâmetros opostos àqueles que caracterizam o inconsciente. Os processos preconscientes obedecem ao princípio de não-contradição e se associam por classes e relações fixas. Neles existem a negação, a dúvida e diferentes graus de convicção. Os processos preconscientes se ordenam em torno de configurações e formas, e não podem ser reduzidos a simples processos quantitativos. Grande parte do que é preconsciente está ligado ao que chamamos de "representações de palavra" e se insere num sistema lingüístico obediente a leis fixas e bem determinadas. Além disso, eles se inscrevem na ordem temporal, sofrem desgaste com a passagem do tempo e são "datados". Os processos preconscientes levam em consideração a estruturação do mundo externo e se submetem ao princípio de realidade.

### **A consciência e seu lugar estratégico**

No que se segue estão indicados apenas alguns elementos básicos, a partir dos quais a noção de consciência pode ser examinada dentro do contexto teórico da ciência psicanalítica. Na verdade um amplo exame da questão ainda está por ser feito.

Podemos tratar agora da consciência e de seu lugar estratégico no psiquismo. A Psicanálise reconhece na consciência um fenômeno que não pode ser negado. De fato, o dado da consciência não deve ser confundido nem com o dado da realidade, nem com o dado da percepção. Se desviamos nossa atenção de um determinado objeto durante algum tempo e, por momentos, é outro assunto que passa a ocupar nossa consciência, não vamos dizer, por isso, que aquele objeto do qual inicialmente tínhamos consciência deixou de existir. De um lado, os objetos dos quais temos consciência e de outro a consciência propriamente dita têm, nesse sentido, existências independentes.

Da mesma forma, pode-se com segurança afirmar que a consciência não se confunde com os dados da percepção. É fácil constatar que o campo de consciência é bem mais restrito que o campo da percepção. A cada momento estamos conscientes de um número bastante limitado de elementos perceptuais, que nos vem da realidade. A simples observação demonstra que, no entanto, indiscutivelmente estamos percebendo muito mais fenômenos do que temos consciência, a cada momento. Percebemos tais fenômenos de um modo preconsciente. A constatação inequívoca desse fato é comprovada de muitas formas. Uma delas se baseia numa simples observação: em algumas raras ocasiões nos damos conta de que acabou de haver a interrupção de um estímulo que nos atingia, embora, até aquele exato momento, não estivéssemos conscientes dele. Nesses casos, a distinção entre percepção e consciência fica, portanto, claramente evidenciada: percebíamos um estímulo, mas não tínhamos consciência dele.

Um caminho muito fértil para nos aproximarmos do entendimento do fenômeno da consciência é seu cotejamento com o dado da memória. Entre esses dois tipos de fenômenos psíquicos existem diferenças fundamentais. Freud propôs que na construção teórica do aparelho psíquico fosse reservado para a consciência um lugar diferente do atribuído à memória. A pertinência de fazer essa discriminação vem do reconhecimento de que, enquanto a memória é uma indicação relativamente estável a respeito de alguma coisa, e tem justamente nessa fixidez sua característica fundamental, a percepção consciente é evanescente e, portanto, deve necessariamente se dar em alguma área do "tecido psíquico", na qual o dado de percepção não deixe marcas. Na verdade, a fidedignidade da consciência depende de que tal setor do "tecido psíquico" esteja pronto para receber novos estímulos, sempre de forma íntegra, sem inter-

ferência significativa do que acabou de ser percebido no momento imediatamente anterior.

A consciência é marcada por uma série de outras características. Enquanto a memória é indeterminadamente vasta, o campo da consciência é ocupado por um conjunto limitado de dados, a cada vez. Além disso, os dados de consciência são incontornavelmente transitórios - é impossível retê-los por mais de um breve lapso de tempo. Eles são necessariamente mutáveis. Resulta disso que a consciência se apresenta caracteristicamente como uma seqüência. Seu fluxo é permanente, desde que não estejamos dormindo ou inconscientes por outra razão. Tal seqüência pode ser encadeada de forma lógica ou ter um encadeamento aparentemente ilógico. O fato é que nunca deixa de se dar. Também é possível constatar que cada momento de consciência é sempre formado por conjuntos organizados de número relativamente elevado de elementos. Desse modo, a tendência da vida consciente é constituir-se em claras conjuntos, nos quais se imponha a discriminação figura/fundo. A imprecisão do conteúdo de consciência gera uma tensão característica e será nítida a tendência à restauração de sua clareza. Sendo tais conteúdos invariavelmente complexos, cabe falar em "foco" e "franja" da consciência.

O foco da consciência pode dirigir-se a dois diferentes grupos de dados. De um lado é possível termos consciência das percepções que nos vêm do mundo externo. Esses dados podem ser compartilhados por outras pessoas e sua discriminação pode ser apurada através de uso de aparelhos, medidas e testes objetivos. Paralelamente, podemos ter consciência do que se passa em nosso mundo interno.

É facilmente comprovável a constatação de que a vida psíquica não se esgota nos dados imediatos de nossa consciência. O conjunto praticamente ilimitado de memórias que possuímos, do qual não nos damos conta a cada momento, é prova inequívoca disso. As observações psicanalíticas demonstram que esse vasto mundo psíquico não-consciente é ativo e dinâmico e está constantemente produzindo efeitos. Nesse sentido, a consciência pode ser encarada como uma forma de percepção. Na verdade ela é nosso instrumento de acesso ao mundo psíquico preconsciente e inconsciente.

Não podemos ter acesso direto ao mundo interno de outras pessoas. Só o conhecemos através do que elas nos comunicam ou das inferências que formos capazes de fazer, a partir das observações de seus comportamentos. Da mesma forma, o conhecimento que outras pessoas podem ter do que se passa em nosso mundo interno será sempre um conhecimento indireto, inferencial e por "projeção".

No "aparelho psíquico", a consciência fica referida a um sistema que está situado num lugar vizinho à região que controla a motilidade. Esse aspecto da

consciência é fundamental. Muitos de nossos atos passam pelo crivo da consciência. É ela que vai dirigi-los em seus movimentos mais importantes. Assim como a consciência participa da direção de nossas ações, da mesma forma, participa no controle que temos sobre nossa vida interna. Até certo ponto, fazendo uso das informações fornecidas por nossa consciência, podemos conduzir nossos pensamentos e influir sobre nossa vida afetiva. Se não tivermos consciência de segmentos importantes de nossa vida interna, sobre eles não poderemos agir. A consciência ocupa assim um lugar estratégico fundamental na vida anímica. Com razão, cabe situá-la entre a percepção e a motilidade.

Finalmente deve ser dito que como "desfiladeiro" que é, por ela passar somente um dado a cada vez. É justamente isso que cria a noção de tempo, é isso que estabelece uma ordenação entre os fatos e é isso que permite a introdução do princípio de não-contradição e da gramática da lógica.

Essas são as contribuições da Psicanálise para o estudo da consciência que escolhi destacar. Espero que possam ser aproveitadas pela Psicologia e pela Filosofia, neste rico diálogo contemporâneo, do qual agora participo com prazer. Minha sincera convicção é de que o estudo da consciência está entre os mais férteis que a Psicologia e a Filosofia têm por realizar. Neste sentido ele merece ser incentivado.

## CONCLUSÕES

Nove conclusões podem ser destacadas no final deste trabalho. A escolha não visa apresentar avaliação completa do que foi exposto, mas apenas privilegiar alguns pontos que merecem particular atenção.

1. Os debates nos quais participam diversas disciplinas têm-se mostrado produtivos para todos.
2. O dado da consciência é muito valorizável. Desde a época em que o desenvolvimento científico ainda não se tinha dado, ou era muito embrionário, foi ele que impediu, ou criou grandes dificuldades, para a fácil aceitação de um enganoso monismo substancialista de natureza fiscalista.
3. O desenvolvimento da ciência, durante o presente século, demonstrou cabalmente que a matéria não deve ser considerada como substância. Mais correto é tomá-la como sendo não mais que um tipo particular de fenômeno.
4. Não conhecemos a realidade em si mesma. Nossos "conhecimentos" são sempre limitados em alcance e precisão. São válidos apenas quando utilizados "sob controle" e em circunstâncias restritas.
5. O que não conhecemos (a realidade) configura-se de quatro formas principais para nossa observação. Tais configurações são a físico-química, a biológica, a psíquica e a social.

6. Existem vários modos de interação entre as diferentes formas de configuração da realidade. Merecem destaque as relações de precondição, de suporte e de ordenação.
7. O dado da consciência, dificilmente negável, impõe o reconhecimento da existência da "configuração psíquica da realidade". No entanto, a racionalidade científica só foi introduzida neste campo depois de que foi incluído o conceito de inconsciente em nosso universo de categorias (veja pp. 5/6 e 20/21).
8. A concepção das três qualidades psíquicas conceitualizadas pela psicanálise - a inconsciente, a preconsciente e a consciente - permite um extraordinário avanço na compreensão dos fenômenos mentais.
9. A consciência é um "desfiladeiro", uma organização na qual se estabelece uma ordem no fluxo da vida psíquica: a sucessão dos eventos, um a um. Esse é o dado fundamental que permite a "temporalização" e, daí, o surgimento da lógica e da linguagem.

### Referências Bibliográficas

- Armstrong, D.M. (1984) Consciousness and causality. Em, D.M. Armstrong, e N. Malcolm (Org.) *Consciousness and Causality. A Debate on the Nature of Mind*. Oxford: Basil Blackwell.
- Churchland, P.M. (1984) *Matter and Consciousness. A Contemporary Introduction*. Cambridge, Mass: Massachusetts Institute of Technology.
- Freud, S. (1972) *Die Traumdeutung*. Studienausgabe. Band II. Frankfurt am Main: Fischer Verlag GmbH. (Publicado originalmente em 1900).
- Freud, S. (1975) *Die Endliche und die Unendliche Analyse*. Studienausgabe. Ergänzungsband. Frankfurt am Main: Fischer Verlag GmbH. (Publicado originalmente em 1937).
- Freud, S. (1978a) *Project for a Scientific Psychology*. Standard Edition. Vol. I. London: Hogarth Press. (Tradução do original *Entwurf einer Psychologie*, publicado postumamente, em 1950, pela primeira vez).
- Freud, S. (1978b) *The Unconscious*. Standard Edition. Vol. XIV. London: Hogarth Press. (Tradução do original *Das Unbewusste*, publicado em 1915).
- Hacker, P.M.S. (1993) *Wittgenstein: Meaning and Mind*. Part I: Essays. Oxford: Blackwell.
- Kant, I. (1959) *Prolegômenos a Toda Metafísica Futura que Possa Apresentar-se como Ciência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Tradução do original *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wird auftreten können*, publicado em 1783).
- Malcolm, N. (1984) Consciousness and causality. Em, D.M. Armstrong e N. Malcolm (Org.) *Consciousness and Causality. A Debate on the Nature of Mind*. Oxford: Basil Blackwell.
- Merleau-Ponty, M. (1953) *La Structure du Comportement*. Paris: Presses Universitaires de France (3ª edição. Primeira edição em 1942).
- Nagel, T. (1991) "What is it like to be a bat?" Em, D.M. Rosenthal (Org.) *The Nature of Mind*. Oxford: Oxford University Press.

- Natsoulas, T. (1978) Consciousness. *American Psychologist*, October, 33, 906-914.
- Nikolinakos, D. (1994) General anesthesia, consciousness, and the skeptical challenge. *The Journal of Philosophy*, 91, 2, 88-104.
- Piaget, J. (1977) *Problemas de Psicologia Genética*. Lisboa: Dom Quixote.
- Place, U.T. (1992) Two concepts of consciousness: The biological/private and the linguistic/social. *Acta Analytica*, 8, 53-72.
- Rey, G. (1983) A reason for doubting the existence of consciousness. Em, G.E. Davidson, G.E. Schwartz e D. Shapiro (Orgs.) *Consciousness and Self-Regulation*. Vol. 3. New York: Plenum Press.
- Rosenthal, D.M. (1991) Two concepts of consciousness. Em, D.M. Rosenthal (Org.) *The Nature of Mind*. Oxford: Oxford University Press.
- Russel, B. (1948) *Human Knowledge: Its Scopes and Limits*. New York: Simon and Schuster.
- Ryle, G. (1949) *The Concept of Mind*. London: Harper & Row.
- Searle, J. R. (1992) *The Rediscovery of Mind*. Cambridge, Mass: Massachusetts Institute of Technology.
- Skinner, B.F. (1974) *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Cultrix.
- Vygotsky, L.S. (1979) Consciousness as a problem in the psychology of behavior. *Soviet Psychology*, 17, 4, 3/35
- Wittgenstein, L. (1969) *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell. (Publicado postumamente, em 1953, pela primeira vez)